# ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA SOBRE A COOPERAÇÃO NA PESQUISA E NOS USOS DO ESPAÇO EXTERIOR PARA FINS PACÍFICOS

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da Federação da Rússia
(doravante denominados as "Partes"),

Desejosos de fortalecer as tradicionais relações de amizade e cooperação entre os dois países,

Tomando em consideração o interesse mútuo no fomento da utilização do espaço exterior para fins pacíficos,

Empenhados na manutenção do espaço exterior para fins exclusivamente pacíficos e aberto à cooperação internacional ampla,

Considerando os termos do Tratado sobre Princípios Reguladores das Atividades dos Estados na Exploração e Uso do Espaço Cósmico, inclusive a Lua e demais Corpos Celestes, de 27 de janeiro de 1967, bem como os termos de outros Tratados e Acordos Multilaterais sobre pesquisa e uso do espaço exterior, dos quais ambos os Estados sejam Partes,

Reconhecendo seus compromissos na qualidade de membros do Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis (MTCR),

Afirmando que toda cooperação realizada no âmbito do presente Acordo deverá estar de acordo com as Diretrizes e o Anexo técnico do MTCR;

Desejosos de estabelecer formas efetivas de cooperação bilateral no campo das atividades espaciais, em benefício da promoção do desenvolvimento social, econômico e cultural dos povos de seus países,

Acordam o seguinte:

ARTIGO 1º
Legislação Aplicável

A cooperação ao abrigo do presente Acordo deverá ser realizada de acordo com as respectivas legislações internas e em observância às normas e princípios de Direito Internacional, sem prejuízo para com as obrigações assumidas pelas Partes por outros Acordos e Arranjos do qual também sejam partes.

ARTIGO 2º
Áreas de Cooperação

A cooperação no âmbito do presente Acordo poderá abranger as seguintes áreas:

- ciência espacial, pesquisa do espaço exterior, meteorologia espacial, monitoramento do meio ambiente da Terra a partir do espaço, ciência espacial dos materiais, geofísica, ionosfera e plasma espacial, medicina e biotecnologia espaciais, sensoriamento remoto da Terra, telecomunicações espaciais e navegação;

- atividades conjuntas de pesquisa e de desenvolvimento, construção, fabricação, lançamento, operação e utilização de veículos lançadores, satélites e outros sistemas espaciais;

- atividades de pesquisa sobre sistemas espaciais de uso múltiplo pilotados e não-pilotados;

- estudo da possibilidade do lançamento de satélites, a partir do território brasileiro, por veículos lançadores russos;

- desenvolvimento de várias formas multiperfis de cooperação na utilização da técnica espacial e uso de vantagens suplementares das tecnologias espaciais;

2. Outras áreas de atividade conjunta que venham a ser mutuamente acordadas pelas Partes.

ARTIGO 3º
Formas de Cooperação

A cooperação levada a cabo no âmbito do presente Acordo poderá assumir as seguintes formas:

- planejamento e execução de projetos espaciais conjuntos;

- realização de programas de treinamento de pessoal e assistência à participação de equipes científicas e de engenharia em projetos conjuntos;

- intercâmbio de equipamentos, documentação, dados, resultados de experimentos e informações científicas;

- organização de simpósios e reuniões científicas conjuntos;

- utilização de veículos lançadores russos e de outros sistemas espaciais para a realização de atividades conjuntas.

2. Outros campos de atividades conjuntas que venham a ser mutuamente acordados pelas Partes.

ARTIGO 4º
Agências de Cooperação

1. As Partes designam respectivamente a Agência Espacial Brasileira e a Agência Espacial Russa como Agências Executoras responsáveis pelo desenvolvimento e a coordenação da cooperação prevista pelo presente Acordo.

2. De acordo com as respectivas legislações internas em vigor, cada Parte ou sua Agência Executora poderá, se julgar necessário, designar outros departamentos ou organismos para realizar formas específicas de atividade no âmbito de programas e projetos específicos de cooperação nas áreas elencadas no Artigo 2 do presente Acordo.

ARTIGO 5º
Ajustes Complementares

1. Para a implementação do presente Acordo, as Partes poderão celebrar Acordos Adicionais e Ajustes Complementares. As Agências Executoras e outros departamentos e organismos designados poderão, em conformidade com os procedimentos previstos pela legislação de seus respectivos Estados, estabelecer projetos e programas de trabalho.

2. De comum acordo, as Partes, as Agências Executoras e os outros departamentos e organismos designados poderão prever a participação de instituições, organismos e empresas de terceiros países e organizações internacionais nos programas e projetos executados no marco das atividades conjuntas realizadas ao abrigo do presente Acordo.

ARTIGO 6º
Grupos de Trabalho

Para a consecução dos objetivos do presente Acordo, as Partes ou, sob sua supervisão, as Agências Executoras e os outros organismos e departamentos designados, poderão, caso julguem necessário, estabelecer grupos de trabalho conjuntos com vistas a desempenhar as funções relacionadas com a implementação dos programas e projetos específicos de cooperação, bem como os estudos detalhados dos métodos organizacionais e dos meios legais necessários à consecução das atividades conjuntas, com o objetivo de preparar as propostas relativas aos novos campos e direcionamentos da cooperação. As reuniões de tais grupos de trabalho devem ser marcadas de acordo com procedimentos estabelecidos pelas Partes ou pelas Agências Executoras.

ARTIGO 7º
Formas de Atividade Econômica e Industrial

1. As Partes favorecerão o estabelecimento e o desenvolvimento da cooperação nas áreas de pesquisa e uso do espaço exterior para fins pacíficos e na aplicação de sistemas espaciais entre os setores industriais dos dois países, assegurando condições favoráveis para a sua participação nos projetos conjuntos desenvolvidos ao abrigo do presente Acordo.

2. As partes tomarão, caso julguem necessárias, medidas factíveis do ponto de vista econômico para a elaboração de programas concretos de assistência à atividade empresarial e às operações comerciais e econômicas.

ARTIGO 8º
Princípios de Financiamento

1. As Agências Executoras e outros departamentos e organismos designados serão responsáveis pela condução e financiamento dos custos dos seus respectivos encargos nos programas de cooperação desenvolvidos no âmbito do presente Acordo, em conformidade com a disponibilidade dos fundos alocados para esses programas.

2. Os programas e projetos realizados nos marcos do presente Acordo poderão ter caráter não-comercial ou comercial e poderão ser executados ou bem sem a necessidade de pagamentos mútuos ou por meio de contratos.

ARTIGO 9º
Propriedade Intelectual

As Partes, suas Agências Executoras e outros departamentos e organismos designados poderão definir, em acordos em separado as normas e os princípios a serem observados no que se refere à propriedade intelectual aplicáveis aos projetos específicos e aos tipos de atividade. Na ausência de tais acordos em separado, a proteção da propriedade intelectual e a atribuição de direitos à propriedade intelectual deverão ser regidas de acordo com o estabelecido no Anexo ao presente Acordo, que passa a constituir parte integrante deste.

ARTIGO 10º
Intercâmbio de Informações e de Equipamentos

1. Em observância às condições de confidencialidade previstas no Anexo, as Partes, suas Agências Executoras e os outros departamentos e organismos designados deverão garantir acesso recíproco, dentro de prazos razoáveis, aos resultados das pesquisas científicas e atividades conjuntas e deverão, para tanto, encorajar o intercâmbio das informações e dados científicos e técnicos correspondentes. Tais informações e dados científicos e técnicos não poderão ser divulgados a terceiros por uma das Partes sem prévio consentimento mútuo das Partes.

2. As Partes, por meio de suas Agências Executoras, facilitarão o intercâmbio de informações relativas às diretrizes básicas dos programas espaciais nacionais respectivos.

3. Cada Parte assegurará a observância dos interesses da outra Parte, de sua Agência Executora e de outros departamentos e organismos designados na proteção da sua propriedade utilizada no território da outra Parte para a realização das atividades conduzidas ao abrigo do presente Acordo, inclusive nos casos pertinentes em que esta propriedade goza de imunidade de qualquer forma de apreensão ou execução.

ARTIGO 11º
Assistência à Atividade de Pessoal

Em conformidade com suas legislações nacionais respectivas, as Partes tomarão todas as medidas necessárias para dar assistência à entrada em seu território nacional e, quando necessário, à permanência nele, dos técnicos enviados em missão oficial pela outra Parte, por sua Agência Executora ou por outros departamentos e organismos designados.

ARTIGO 12º
Regulamento Aduaneiro

1. As Partes garantirão o processamento a liberação aduaneira dos bens transportados através das fronteiras dos seus respectivos Estados e vinculados aos propósitos de cooperação previstos nos marcos do presente Acordo. Tais bens serão liberados dos impostos e encargos de importação e exportação, cuja cobrança está a cargo das respectivas autoridades alfandegárias.

Para os propósitos do presente Acordo, o termo "bens" refere-se a todo artigo de matéria-prima e a toda substância e material fabricados, a todo produto manufaturado ou fornecido, inclusive equipamentos de inspeção e teste, tecnologias na forma de informação e dados técnicos registrados em meios físicos, necessários para o desenvolvimento, produção e uso. A categoria de bens também inclui outras informações e dados em qualquer forma material, "software" de computação (inclusive bancos de dados) resultantes de estudos, pesquisas ou atividades de desenvolvimento, invenções, projetos e planos de engenharia, segredos comerciais e "know-how", em particular projetos de fabricação e especificações técnicas, dados referentes a pesquisas, experimentos, desenho ou engenharia de atividades de desenvolvimento.

2. A isenção dos impostos e encargos de exportação e importação prevista pelo presente Acordo não se estende a pagamentos por serviços específicos vinculados com o processamento alfandegário, tais como serviços de armazenamento e consulta, no entendimento de que nas circunstâncias apropriadas as Partes envidarão esforços para reduzir esse gênero de despesa.

3. Por meio de um arranjo em separado, na forma de troca de notas por canais diplomáticos, as Partes especificarão uma lista de ítens em relação aos quais os privilégios previstos pelo parágrafo 1 do presente artigo não serão aplicados.

4. Levando em consideração o desenvolvimento e a diversificação da cooperação no âmbito do presente Acordo, as Partes poderão especificar, com base em entendimento mútuo, esferas de prioridade para acordar uma política geral no que se refere à isenção de impostos e encargos aduaneiros que incidam sobre os bens transportados no âmbito dos projetos de cooperação realizados ao abrigo do presente Acordo.

ARTIGO 13º
Responsabilidade

1. As Partes comprometem-se quanto ao estabelecimento, como parte dos Acordos Complementares sobre os projetos específicos de cooperação, de um procedimento que garanta a assunção das obrigações decorrentes da compensação por danos. As partes buscarão garantir, em conformidade com as respectivas legislações nacionais, que contratantes, subcontratantes e outras entidades a elas associadas tomem parte nesse sistema de responsabilidade.

2. No eventualidade de uma queixa derivada dos termos da Convenção sobre Responsabilidade Internacional por Danos Causados por Objetos Espaciais, de 29 de março de 1972, as Partes consultar-se-ão prontamente sobre qualquer responsabilidade potencial, sobre a repartição de tal responsabilidade e sobre a defesa contra a referida queixa.

ARTIGO 14º
Solução de Controvérsias

Todas as divergências relativas à interpretação ou à aplicação do presente Acordo serão dirimidas por meio de negociação. Sem prejuízo à aplicação, se necessária, de quaisquer outros procedimentos para a solução de controvérsias mutuamente acordado pelas Partes e reconhecido pelo Direito Internacional, os métodos e os meios amigáveis de compromisso terão prioridade.

ARTIGO 15º
Cláusulas Finais

1. O presente Acordo entrará em vigor na data do recebimento da última notificação de conclusão pelas Partes dos procedimentos internos necessários à sua aprovação.

2. O presente Acordo terá a duração de 10 (dez) anos. Ele será prorrogado automaticamente por iguais períodos, salvo se uma das Partes notificar à outra por escrito, através dos canais diplomáticos competentes e com antecedência mínima de seis meses, de sua decisão em contrário e no caso de sua prorrogação automática do período correspondente subseqüente

3. A denúncia do presente Acordo não afetará os programas e projetos em andamento, salvo se as Partes convierem de outra maneira. A cessação de vigência do presente Acordo não desobrigará as Partes dos compromissos financeiros ou contratuais assumidos nos marcos do presente Acordo e não afetará os direitos e obrigações de pessoas jurídicas e físicas de ambos os Estados, resultantes dos projetos de cooperação executados no âmbito do presente Acordo.

4. A partir da entrada em vigor do presente Acordo, cessará a vigência do Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas sobre a Cooperação no Campo da Pesquisa Espacial e da Utilização do Espaço para Fins Pacíficos, de 19 de outubro de 1988.

Feito em Brasília, em 21 de novembro de 1997, em dois exemplares, nas línguas portuguesa, russa e inglesa, sendo todos os textos igualmente autênticos.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Luiz Felipe Lampreia

PELO GOVERNO DA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA
Ievgueni Primakov

# ANEXO
## Propriedade Intelectual

As Partes assegurarão a efetiva proteção dos resultados gerados ou obtidos no âmbito da cooperação prevista no presente Acordo e nos Acordos em separado previstos pelo Artigo 5.

As Agências Executoras e os outros departamentos e organismos designados deverão informar uns aos outros sobre atividades conjuntas sujeitas à proteção na qualidade de propriedade intelectual e, no prazo mais curto possível, tomar as medidas formais para garantir tal proteção.

Para os propósitos do presente Anexo, a expressão "organismos de cooperação" significará as Agências Executoras e os outros departamentos e organismos designados.

1. Âmbito de Aplicação

1. As disposições do presente Anexo aplicam-se a todas as formas de atividade realizadas no âmbito do presente Acordo, com exceção daqueles casos em que as Partes ou os organismos de cooperação acordem regras particulares quando da negociação dos acordos previstos pelo Artigo 5 do presente Acordo.

2. Para os fins do presente Acordo, a expressão "propriedade intelectual" terá o mesmo sentido que lhe é atribuído pelo Artigo 2 da Convenção que institui a Organização Mundial da Propriedade Intelectual, celebrada em Estocolmo, em 14 de julho de 1967.

3. O presente Anexo regulará a atribuição de direitos entre as Partes ou os organismos de cooperação. Cada Parte assegurará as condições para que os organismos de cooperação da outra Parte possam adquirir os direitos de propriedade intelectual a que façam juz de acordo com os termos do presente Anexo.

4. O presente Anexo não altera a regulação legal de cada Partes no que se refere à propriedade intelectual conforme as respectivas legislações nacionais e os regulamentos internos dos organismos de cooperação, levando em consideração as estipulações do parágrafo 6 da Seção 2 do presente Anexo. Da mesma forma, o presente Anexo não altera as relações entre os organismos de cooperação de cada Parte e a relação entre as Partes e esses organismos. Ele não afetará, tampouco, as obrigações internacionais das Partes.

5. Toda propriedade intelectual adquirida previamente ou resultante de pesquisas independentes pertencerão aos organismos de cooperação das Partes.

6. A cessação do presente Acordo não afetará os direitos e obrigações que surjam da aplicação do presente Anexo, no caso de que eles tenham sido aceitos antes de tal cessação.

2. Atribuição de Direitos

1. No que diz respeito à propriedade intelectual gerada por atividade de pesquisa realizada de maneira conjunta, as Partes ou os organismos de cooperação envidarão esforços para elaborar conjuntamente um plano para a valorização e o uso da tecnologia, ou antes do início da referida cooperação ou dentro de um prazo razoável a partir do momento em que um organismo de cooperação estabelece a criação de objetos de propriedade intelectual. Neste plano para a valorização e o uso da tecnologia, a contribuição correspondente das Partes e dos seus organismos de cooperação para a atividade de pesquisa sob consideração deverá ser levada em conta.

Para os propósitos de atribuição de direitos de propriedade intelectual, uma atividade de pesquisa é considerada atividade conjunta a partir do momento em que é definida como tal pelos acordos concretos previstos no Artigo 5 do presente Acordo. A atribuição de direitos aos objetos de propriedade intelectual gerados como resultado de atividade de pesquisa que não tenha uma natureza conjunta deverá ser estabelecida com base nas provisões do parágrafo 3 da presente Seção. As Partes ou os organismos de cooperação decidirão por acordo mútuo se os resultados de um trabalho desenvolvido conjuntamente deverão ser patenteados, registrados ou mantidos em segredo.

2. Se o referido plano de valorização e uso da tecnologia não puder ser estabelecido dentro de quatro meses a contar do momento da criação do objeto de propriedade intelectual resultante de pesquisa conjunta, cada uma das Partes ou dos organismos de cooperação poderá receber todos os direitos e benefícios de tal propriedade intelectual no território do seu Estado. Os organismos de cooperação deverão entender-se no que se refere à alocação de direitos de propriedade intelectual, bem como às despesas relativas à proteção dos direitos de propriedade intelectual, tendo por base condições mutuamente aceitáveis no concerne às contribuições correspondentes a cada lado.

3. Nos casos não relacionados a pesquisa classificada como pesquisa conjunta, os termos para a implementação de um procedimento para a aquisição e uso dos direitos de propriedade intelectual deverão ser determinados em acordos ou contratos em separado.

4. Nos casos em que o objeto de propriedade intelectual não possa ser coberto por proteção pela legislação de uma das Partes, a Parte cuja legislação interna prevê a proteção desse objeto deverá implementar tal proteção no seu nome e no território do seu Estado.

5. As Partes deverão consultar-se, sem demora, com o propósito de obter proteção em terceiros países e distribuição dos direitos de propriedade intelectual sobe objetos protegidos, aplicando o estabelecido nos parágrafos 1, 2 e 4 da presente Seção.

6. No que diz respeito aos pesquisadores e cientistas de uma das Partes envolvidos no serviço de qualquer organismo ou instituição da outra Parte, o regulamento interno dos organismos ou instituições anfitriões no que se refere aos direitos de propriedade intelectual bem como às possíveis remunerações e parcelas destes direitos conforme determinados pelos regulamentos internos de cada organismo anfitrião deverá ser estendido. Os pesquisadores ou cientistas classificados na qualidade de inventores terão o direito a receber, proporcionalmente à sua contribuição, uma parcela de qualquer remuneração auferida pelo organismo ou entidade anfitrião pelo licenciamento dessa propriedade intelectual.

7. Os direitos autorais devem ser estendidos às publicações.

Cada Parte e seus organismos de cooperação deverão ter direito a uma licença não-exclusiva, irrevogável e isenta de "royaltie" em todos os países para traduzir, reproduzir e distribuir publicamente artigos e palestras (relatórios) científicos e técnicos sobre a pesquisa conjunta, levando-se em consideração as provisões relativas à confidencialidade a que se refere o parágrafo 9 da presente Seção.

As formas de implementação desses direitos deverão ser determinadas em acordos ou contratos em separado.

Todas as cópias de publicações deveriam indicar o nome do autor, a menos que um autor abra mão de ser citado e prefira apresentar-se sob pseudônimo.

8. A totalidade dos direitos de propriedade intelectual em relação a "softwares" elaborados no âmbito da cooperação deverá ser distribuída entre os organismos de cooperação, levando em consideração sua contribuição relativa para a sua elaboração e financiamento.

Nos casos de elaboração conjunta ou financiamento conjunto de "software" por ambas as Partes ou organismos de cooperação, deverá ser determinado, pelos acordos ou contratos em separado, um regime que preveja a alocação de remuneração em caso de de usos comerciais. Na ausência dos acordos ou contratos em separado, deverão ser aplicadas as provisões dos parágrafos 1 e 2 da presente Seção relativos à atribuição de direitos vinculados a pesquisas conjuntas.

9. A informação confidencial será designada como tal de uma maneira apropriada. A responsabilidade por tal designação será da Parte ou do organismo de cooperação que requer tal confidencialidade.

Cada Parte ou organismo de cooperação deverá proteger tal informação conforme a legislação interna em vigor em seu Estado.

O termo "informação confidencial" deverá referir-se a qualquer "know-how", dado ou informação, em particular de natureza técnica, comercial e financeira, independentemente da forma ou do meio físico na qual está registrada para os propósitos de desenvolver uma atividade no âmbito do presente Acordo, e deverá preencher as seguintes condições:

1) a posse dessa informação pode assegurar ganhos, em particular aqueles de natureza econômica, científica ou técnica, ou representar uma vantagem na competição com pessoas que não a possuam;

2) essa informação não é do conhecimento geral e não está disponível publicamente a partir de outras fontes;

3) essa informação não foi previamente divulgada por seu proprietário para uma terceira pessoa sem a obrigação de manutenção da sua confidencialidade;

4) essa informação não está ainda à disposição do receptor sem a obrigação de manutenção da sua confidencialidade

A informação confidencial pode ser repassada pela Partes ou pelos organismos de cooperação para seus próprios funcionários, salvo disposição em contrário nos acordos ou contratos em separado. Tal informação pode ser repassada ao encarregado pelo trabalho e a seus subcontratantes, no âmbito da esfera de aplicação dos acordos ou contratos em separado a serem assinados com eles. A informação fornecida dessa forma pode ser usada apenas nos limites da esfera de aplicação dos acordos ou contratos em separado, os quais estabelecerão as condições e os limites de tempo de aplicação de tais provisões de confidencialidade.

As Partes e os organismos de cooperação estão obrigados a tomar todas as medidas necessárias com relação aos seus empregados, seus encarregados pelo trabalho e seus subcontratantes para garantir a observância das obrigações de salvaguarda da confidencialidade acima determinada.

10. A cessão dos resultados das pesquisas e elaborações conjuntas a terceiros deverá ser objeto de acordos por escrito entre as Partes ou os organismos de cooperação. Sem prejuízo à concessão dos direitos relacionados ao parágrafo 7 da presente Seção, tais acordos determinarão as regras para a difusão dos resultados obtidos.

# СОГЛАШЕНИЕ

## между Правительством Российской Федерации и Правительством Федеративной Республики Бразилии о сотрудничестве в исследовании и использовании космического пространства в мирных целях

Правительство Российской Федерации и Правительство Федеративной Республики Бразилии (в дальнейшем именуемые Сторонами),

желая укреплять традиционные отношения дружбы и сотрудничества между двумя странами,

учитывая взаимную заинтересованность в расширении мирного использования космического пространства,

стремясь сохранить космическое пространство исключительно для мирных целей и открытым для широкого международного сотрудничества,

принимая во внимание положения Договора о принципах деятельности государств по исследованию и использованию космического пространства, включая Луну и другие небесные тела, от 27 января 1967 года и других многосторонних договоров и соглашений по исследованию и использованию космического пространства, участниками которых являются оба государства,

признавая свои обязательства в качестве участников Режима контроля за ракетными технологиями (РКРТ),

подтверждая, что любое сотрудничество в рамках настоящего Соглашения будет осуществляться в соответствии с Руководящими принципами и Техническим приложением РКРТ,

желая установить эффективные формы двустороннего сотрудничества в области космической деятельности, которые

способствовали бы социально-экономическому и культурному развитию на благо народов своих стран,

согласились о нижеследующем:

## Статья 1
Применимое право

Сотрудничество в рамках настоящего Соглашения осуществляется в соответствии с законодательством, действующим в каждом из государств, с соблюдением норм и принципов международного права и без ущерба для выполнения Сторонами обязательств по другим соглашениям и договоренностям, участниками которых является каждая из них.

## Статья 2
Области сотрудничества

1. Сотрудничество в рамках настоящего Соглашения может осуществляться в следующих областях:

- космическая наука, исследование космического пространства, космическая метеорология, наблюдение Земли из космоса, космическое материаловедение, геофизика, ионосфера и космическая плазма, космическая медицина и биотехнология, дистанционное зондирование, космическая связь и навигация;
- совместная научно-исследовательская и опытно-конструкторская деятельность, создание, производство, запуск, эксплуатация и использование ракет-носителей, спутников и других космических систем;
- исследовательская деятельность на пилотируемых и беспилотных космических системах;
- изучение возможности запуска спутников с территории Бразилии российскими ракетами-носителями;
- развитие многопрофильных форм кооперации в практическом применении космической техники и использовании побочных выгод космических технологий.

2. Дополнительные области совместной деятельности определяются по взаимному соглашению между Сторонами.

**Статья 3**
Формы сотрудничества

1. Сотрудничество в рамках настоящего Соглашения может осуществляться в следующих формах:

- планирование и осуществление совместных космических проектов;
- осуществление программ подготовки кадров и содействие участию научного и инженерно-технического персонала в совместных проектах;
- обмен оборудованием, документацией, данными, экспериментальными результатами и научной информацией;
- проведение симпозиумов и других совместных научных встреч;
- использование российских ракет-носителей и иных космических систем для проведения совместной деятельности.

2. Дополнительные формы совместной деятельности определяются по взаимному соглашению между Сторонами.

**Статья 4**
Сотрудничающие организации

1. В качестве организаций-исполнителей, ответственных за развитие и координацию сотрудничества, предусмотренного настоящим Соглашением, Стороны соответственно назначают Российское космическое агентство и Бразильское космическое агентство.

2. В соответствии с законодательством, действующим в их государствах, каждая Сторона или ее организация-исполнитель могут в случае необходимости назначать соответственно иные ведомства или организации для осуществления специализированных видов деятельности в рамках конкретных программ и проектов сотрудничества в областях, перечень которых приведен в Статье 2 настоящего Соглашения.

**Статья 5**
Дополнительное соглашение

1. Для реализации настоящего Соглашения Стороны могут заключать дополнительные или вспомогательные соглашения. Организации-исполнители и другие назначенные ведомства и организации с соблюдением процедур, установленных законодательством их соответствующих государств, могут договариваться относительно конкретных проектов и рабочих программ.

2. По взаимному согласию Стороны, организации-исполнители и другие назначенные ведомства и организации могут привлекать

2. По взаимному согласию Стороны, организации-исполнители и другие назначенные ведомства и организации могут привлекать учреждения, организации и фирмы третьих стран и международные организации к участию в программах и проектах, осуществляемых в рамках совместной деятельности в соответствии с настоящим Соглашением.

**Статья 6**

Рабочие группы

Для достижения целей настоящего Соглашения Стороны или по их поручению организации-исполнители и другие назначенные ведомства и организации могут при необходимости учреждать рабочие группы для выполнения функций, связанных с осуществлением конкретных программ и проектов сотрудничества, а также для детальной проработки организационных методов и правовых средств осуществления совместной деятельности и в целях подготовки предложений относительно новых областей и направлений взаимодействия. Заседания таких рабочих групп будут созываться в порядке, определенном Сторонами или организациями-исполнителями.

**Статья 7**

Экономические и промышленные виды деятельности

1. Стороны содействуют установлению и развитию сотрудничества в областях исследования и использования космического пространства в мирных целях, а также применения космических систем между промышленными секторами экономики обеих стран, обеспечивая благоприятные условия для их участия в совместных программах, разрабатываемых в рамках настоящего Соглашения.

2. Стороны при необходимости принимают экономически целесообразные меры для разработки практических программ содействия предпринимательской деятельности и торгово-экономическим операциям.

**Статья 8**

Принципы финансирования

1. Организации-исполнители и другие назначенные ведомства и организации несут обязанности по осуществлению и финансированию тех

работ и видов деятельности в рамках настоящего Соглашения, которые были закреплены за каждой из них, с учетом выделенных ассигнований.

2. Программы и проекты, реализуемые в рамках настоящего Соглашения, носят некоммерческий или коммерческий характер и осуществляются соответственно либо без взаимных платежей, либо на основе контрактов.

**Статья 9**

Интеллектуальная собственность

Стороны, их организации-исполнители и другие назначенные ведомства и организации могут определить в отдельных соглашениях подлежащие соблюдению нормы и принципы, касающиеся интеллектуальной собственности, применимые к конкретным проектам и видам деятельности. При отсутствии таких отдельных соглашений охрана и распределение прав на интеллектуальную собственность осуществляются согласно Приложению к настоящему Соглашению, которое является его неотъемлемой частью.

**Статья 10**

Обмен информацией и техническими средствами

1. С соблюдением условий конфиденциальности, предусмотренных в Приложении, Стороны, их организации-исполнители и другие назначенные ведомства и организации на взаимной основе обеспечивают в разумные сроки доступ к результатам научных исследований и работ, осуществляемых совместно, и в этих целях поощряют обмен соответствующей информацией и данными. Такая информация и данные не могут передаваться третьей стороне без предварительного взаимного согласия.

2. Стороны через посредство своих организаций-исполнителей содействуют взаимному обмену информацией относительно основных направлений национальных космических программ их государств.

3. Каждая Сторона обеспечивает соблюдение интересов другой Стороны, ее компетентного ведомства и других назначенных ведомств и организаций по правовой защите их имущества, используемого на территории ее государства в связи с деятельностью, осуществляемой в рамках настоящего Соглашения, включая в соответствующих случаях иммунитет такого имущества от любых форм и видов изъятий или исполнительного производства.

## Статья 11
Содействие деятельности персонала

Каждая Сторона в соответствии с законодательством, действующим в ее государстве, принимает все необходимые меры для содействия въезду на территорию своего государства и, при необходимости, пребыванию на ней персонала, командируемого другой Стороной, ее организацией-исполнителем и другими назначенными ведомствами и организациями.

## Статья 12
Таможенное регулирование

1. Стороны обеспечивают таможенное оформление товаров, перемещаемых через таможенную границу своих соответствующих государств и предназначенных для целей сотрудничества в рамках и на условиях настоящего Соглашения, без уплаты ввозных и вывозных пошлин и налогов, взимание которых осуществляют таможенные органы.

Для целей настоящего Соглашения термин «товары» означает любое изделие, природное или искусственное вещество или материал, поставляемый или изготавливаемый продукт, включая контрольное и испытательное оборудование, технологии в виде зафиксированных на материальных носителях информации и технических данных, необходимых для их разработки, производства или использования. К категории товаров относятся также выраженная в любой материальной форме иная информация и данные, компьютерное программное обеспечение (включая базы данных), полученные в результате исследования, изыскания или разработки, изобретения, опытно-конструкторские и инженерно-технические разработки, коммерческая тайна и ноу-хау, включая, в частности, производственную документацию и технические характеристики, данные об исследовательских, экспериментальных, опытно-конструкторских или инженерно-конструкторских проектных разработках.

2. Освобождение от ввозных и вывозных пошлин и налогов, предусмотренное настоящим Соглашением, не распространяется на сборы за конкретные услуги, предоставленные в связи с таможенным оформлением товаров, такие как услуги по хранению и консультированию, при том понимании, что в надлежащих случаях Стороны будут стремиться снизить размер таких и других подобных сборов.

3. Посредством отдельной договоренности в форме обмена нотами по дипломатическим каналам Стороны оговорят те виды товаров, на которые льготы, предусмотренные в пункте 1 настоящей Статьи, распространяться не будут.

4. С учетом практики развития и диверсификации сотрудничества в рамках настоящего Соглашения Стороны могут на взаимной основе оговорить приоритетные сферы проведения согласованной общей политики, связанной с освобождением товаров от ввозных и вывозных таможенных пошлин и налогов.

## Статья 13
Ответственность

1. Стороны обязуются установить в рамках дополнительных соглашений по конкретным проектам сотрудничества порядок принятия обязательств в отношении возмещения ущерба. Стороны обеспечивают, согласно законам, действующим в их соответствующих государствах, чтобы подрядчики, субподрядчики и другие задействованные организации, связанные со Сторонами, участвовали в этой системе ответственности.

2. В случае предъявления претензий на основании Конвенции об ответственности за ущерб, причиненный космическими объектами, от 29 марта 1972 года Стороны незамедлительно консультируются в отношении любой ответственности, которая может возникнуть, распределения такой ответственности и защиты от претензий.

## Статья 14
Разрешение споров

Любые споры в отношении толкования и исполнения настоящего Соглашения разрешаются путем переговоров. Без ущерба для применения при необходимости любой другой процедуры разрешения споров, согласованной между Сторонами и признанной международным правом, методы и средства дружественного урегулирования носят приоритетный характер.

## Статья 15
Заключительные положения

1. Настоящее Соглашение вступает в силу с даты последнего уведомления о выполнении Сторонами внутригосударственных процедур, необходимых для его вступления в силу.

2. Настоящее Соглашение заключается сроком на десять лет. Оно автоматически продлевается на последующие десятилетние периоды, если ни одна из Сторон не уведомит другую Сторону в письменной форме по дипломатическим каналам о своем намерении прекратить его действие не менее чем за шесть месяцев до истечения первоначального срока его действия и в случае его автоматического продления - истечения соответствующего последующего периода.

3. В случае прекращения действия настоящего Соглашения его положения продолжают применяться в отношении всех незавершенных программ и проектов, если Стороны не договорятся об ином. Прекращение действия настоящего Соглашения не служит основанием для пересмотра или прекращения остающихся в силе обязательств финансового или договорного характера и не затрагивает прав и обязательств юридических лиц и граждан, возникших до прекращения действия настоящего Соглашения.

4. Со вступлением в силу настоящего Соглашения прекращает действие в отношениях между Федеративной Республикой Бразилией и Российской Федерацией Протокол между Правительством Федеративной Республики Бразилии и Правительством Союза Советских Социалистических Республик о долгосрочном сотрудничестве в области исследования и использования космического пространства в мирных целях от 19 октября 1988 года.

Совершено в городе Бразилиа 21 ноября 1997 года в двух экземплярах, каждый на русском, португальском и английском языках, причем все тексты имеют одинаковую силу.

**ЗА ПРАВИТЕЛЬСТВО РОССИЙСКОЙ ФЕДЕРАЦИИ**

Ievgueni Primakov

**ЗА ПРАВИТЕЛЬСТВО ФЕДЕРАТИВНОЙ РЕСПУБЛИКИ БРАЗИЛИИ**

Luiz Felipe Lampreia

# П Р И Л О Ж Е Н И Е

# ИНТЕЛЛЕКТУАЛЬНАЯ СОБСТВЕННОСТЬ

Стороны обязуются обеспечивать эффективную охрану результатов, полученных в рамках сотрудничества, которое является предметом настоящего Соглашения и отдельных соглашений, заключенных во исполнение Статьи 5.

Организации-исполнители и другие назначенные ведомства и организации своевременно информируют друг друга обо всех совместных работах, подлежащих охране в качестве интеллектуальной собственности, и в кратчайшие сроки приступают к выполнению формальных процедур по такой охране.

Для целей настоящего Приложения термин «сотрудничающие организации» означает организации-исполнители или другие назначенные ведомства и организации.

## 1. Сфера применения

1. Настоящее Приложение применяется ко всем видам деятельности, осуществляемым в рамках сотрудничества на основании настоящего Соглашения, за исключением тех случаев, когда Стороны или сотрудничающие организации договорятся о каких-либо особых положениях в рамках соглашений, предусмотренных в Статье 5 настоящего Соглашения.

2. Для целей настоящего Соглашения термин «интеллектуальная собственность» понимается в значении, указанном в Статье 2 Конвенции, учреждающей Всемирную организацию интеллектуальной собственности, подписанной в Стокгольме 14 июля 1967 года.

3. Настоящее Приложение регулирует распределение прав между Сторонами или сотрудничающими организациями. Каждая Сторона поступает таким образом, чтобы сотрудничающие организации другой Стороны могли приобрести права интеллектуальной собственности, принадлежащие им в соответствии с настоящим Приложением.

4. Настоящее Приложение не изменяет имеющегося у Сторон правового регулирования интеллектуальной собственности, определяемого законодательством государства каждой из них и внутренними правилами сотрудничающих организаций, с учетом положений, предусмотренных пунктом 6 раздела 2 настоящего Приложения. Таким же образом настоящее Приложение не изменяет отношений между сотрудничающими организациями каждой Стороны и отношений между Сторонами и этими

организациями. Кроме того, оно не будет наносить ущерб международным обязательствам Сторон.

5. Сотрудничающим организациям Сторон принадлежат все права интеллектуальной собственности, приобретенные ранее или являющиеся результатом самостоятельных исследований.

6. Прекращение действия настоящего Соглашения не затрагивает прав или обязательств, возникших на основании настоящего Приложения, если они были приняты до такого прекращения.

## 2. Предоставление прав

1. В отношении интеллектуальной собственности, создаваемой в ходе совместной исследовательской деятельности, Стороны или сотрудничающие организации стремятся совместно разработать план оценки и использования технологий либо до начала своего сотрудничества, либо в разумные сроки с момента, когда какая-либо сотрудничающая организация зафиксирует создание объектов интеллектуальной собственности. В этом плане оценки и использования технологий учитываются соответствующие вклады Сторон и их сотрудничающих организаций в рассматриваемую исследовательскую деятельность.

Для целей предоставления прав интеллектуальной собственности исследовательская деятельность квалифицируется как совместная с момента, когда она определена как таковая в конкретных соглашениях, предусмотренных в Статье 5 настоящего Соглашения. Предоставление прав на объекты интеллектуальной собственности, созданные в результате исследовательской деятельности, не являющейся совместной, осуществляется согласно положениям пункта 3 настоящего раздела. Стороны или сотрудничающие организации по взаимной договоренности решают, должны ли результаты совместно проведенных работ быть запатентованы или зарегистрированы либо сохранены в тайне.

2. Если такой план оценки и использования технологий не может быть составлен в течение четырех месяцев с момента создания объекта интеллектуальной собственности, являющегося результатом совместного исследования, каждая из Сторон или сотрудничающих организаций может получить на такую интеллектуальную собственность все права и выгоды на территории своего государства. Сотрудничающие организации договариваются относительно распределения прав интеллектуальной собственности, а также расходов, связанных с охраной прав интеллектуальной собственности, на взаимно согласованных условиях с учетом соответствующих вкладов каждой из них.

3. В случаях, не относящихся к исследованиям, определенным в качестве совместных, условия осуществления процедур приобретения и использования прав интеллектуальной собственности определяются в отдельных соглашениях или контрактах.

4. В случаях, когда объекту интеллектуальной собственности не может быть обеспечена охрана законодательством государства одной из Сторон, то Сторона, законодательство государства которой предусматривает охрану этого объекта, осуществляет такую охрану от своего имени на территории своего государства.

5. Стороны незамедлительно приступают к консультациям с целью получения охраны в третьих странах и распределения прав интеллектуальной собственности на охраняемые объекты с применением положений пунктов 1,2 и 4 настоящего раздела.

6. На исследователей и ученых одной Стороны, привлеченных к работе в какой-либо организации или учреждении другой Стороны, распространяются правила внутреннего регулирования принимающих организаций или учреждений в том, что касается прав интеллектуальной собственности, а также возможных вознаграждений и выплат, связанных с этими правами, как они определены внутренними правилами каждой принимающей организации. Каждый исследователь или ученый, определенный в качестве изобретателя, имеет право на получение в соответствии с его вкладом доли любого платежа, причитающегося принимающей организации или учреждению за лицензирование этой интеллектуальной собственности.

7. На публикации распространяется авторское право.

Каждая Сторона и ее сотрудничающие организации имеют право на неисключительную, безотзывную, безвозмездную лицензию на перевод, воспроизведение и публичное распространение во всех странах научно-технических статей, докладов (отчетов) и книг о совместно проводимых исследованиях с учетом положений, касающихся конфиденциальности, указанных в пункте 9 настоящего раздела.

Формы осуществления этого права определяются в отдельных соглашениях или контрактах.

На всех экземплярах публикаций должна быть указана фамилия автора, если он не отказался от указания своей фамилии в ясно выраженной форме или не пожелал выступить под псевдонимом.

8. Вся совокупность имущественных прав на программное обеспечение, разработанное в рамках сотрудничества, распределяется между сотрудничающими организациями с учетом их вкладов в его разработку и финансирование.

В случаях совместной разработки или совместного финансирования программного обеспечения обеими Сторонами или сотрудничающими организациями применяемый в отношении этого программного обеспечения режим, включая распределение вознаграждений в случае коммерческого использования, определяется отдельными соглашениями или контрактами. При отсутствии отдельных соглашений или контрактов применяются положения пунктов 1 и 2 настоящего раздела, относящиеся к предоставлению прав в связи с совместной исследовательской деятельностью.

9. Конфиденциальная информация должна быть надлежащим образом обозначена как таковая. Ответственность за такое обозначение возлагается на Сторону или сотрудничающую организацию, которая требует такой конфиденциальности.

Каждая Сторона или сотрудничающая организация охраняет такую информацию в соответствии с применимыми законами и правилами своего государства.

Термин «конфиденциальная информация» означает любое ноу-хау, любые данные или информацию, в частности, техническую, коммерческую или финансовую, вне зависимости от формы и носителя, которая передается для целей осуществления деятельности в рамках настоящего Соглашения и отвечает следующим условиям:

1) обладание этой информацией может обеспечить выгоду, в частности, экономического, научного или технического характера или получение преимущества в конкуренции перед лицами, которые ею не обладают;

2) эта информация не является общеизвестной или широкодоступной из других источников;

3) эта информация не была ранее сообщена ее владельцем третьим лицам без обязательства сохранять ее конфиденциальность;

4) эта информация уже не находится в распоряжении получателя без обязательства сохранять ее конфиденциальность.

Конфиденциальная информация может быть передана Сторонами или сотрудничающими организациями собственным служащим, если иное не будет предусмотрено в отдельных соглашениях или контрактах. Такая информация может быть сообщена основным исполнителям работ и субподрядчикам в пределах сферы применения отдельных соглашений или контрактов с ними. Информация, переданная таким образом, может использоваться лишь в пределах сферы применения отдельных соглашений или контрактов, которые предусматривали бы условия и сроки применения таких положений о конфиденциальности.

Стороны и сотрудничающие организации обязуются принимать все необходимые меры по отношению к своим служащим, основным исполнителям работ и субподрядчикам для соблюдения обязательств по сохранению конфиденциальности, определенных выше.

10. Предоставление результатов совместных исследований и разработок в распоряжение третьих лиц является предметом письменных соглашений между Сторонами или сотрудничающими организациями. Без ущерба для осуществления прав в соответствии с пунктом 7 настоящего раздела такие соглашения будут определять порядок распространения указанных результатов.

# AGREEMENT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION ON COOPERATION IN THE EXPLORATION AND USE OF OUTER SPACE FOR PEACEFUL PURPOSES

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Russian Federation
(hereinafter referred to as the "Parties"),

Desiring to strengthen the traditional relations of friendship and cooperation between the two countries;

Taking into consideration the mutual interest on enhancing the pacific uses of outer space;

Seeking to preserve outer space exclusively for peaceful purposes open to wide international cooperation;

Considering the terms of the Treaty on Principles Governing the Activities of States in the Exploration and Use of Outer Space, including the Moon and Other Celestial Bodies, of January 27th 1967, and of other Multilateral Treaties and Agreements on the exploration and use of outer space to which both States are Parties;

Recognizing their obligations as members of the Missile Technology Control Regime (MTCR);

Affirming that any cooperation under this Agreement will be in accordance with the Guidelines and Technical Annex of the MTCR;

Desiring to establish effective forms of bilateral cooperation in the field of space activities, that would promote social, economic and cultural development for the benefit of the peoples of their countries;

Have agreed as follows:

ARTICLE 1
Applicable Law

Cooperation within the framework of the present Agreement shall be carried out in accordance with the legislation in force in each State, in observance of the norms and principles of international law and without prejudice to the fulfillment by the Parties of the obligations under other agreements and arrangements in which each of them participates.

ARTICLE 2
Areas of Cooperation

1. Cooperation within the framework of the present Agreement may be carried out in the following areas:

- space science, research on outer space, space meteorology, Earth observation from outer space, material processing in space, geophysics, ionosphere and space plasma, space medicine and biotechnology, remote sensing, space telecommunications and navigation;

- joint research and development activities, construction, production, launch, operation and utilization of launching vehicles, satellites and other space systems;

- research activities on manned and non-manned space systems;

- study of the possibility of launching satellites, from the Brazilian territory, by Russian launchers;

- development of multi-profil forms of cooperation on the practical application of space technique and use of the spin-offs of space technology;

2. Additional fields of joint activity shall be determined by mutual agreement between the Parties.

ARTICLE 3
Forms of Cooperation

1. Cooperation within the framework of the present Agreement may be carried out in the following forms:

- planning and implementation of joint space projects;

- implementation of personnel training programs and assistance to the participation of scientific and engineering and technical staff in joint projects;

- exchange of equipment, documentation, data, results of experiments and scientific information;

- organization of symposia and other joint scientific meetings;

- utilization of Russian launchers and other space systems for the implementation of joint activities.

2. Additional fields of joint activity shall be determined by mutual agreement between the Parties.

ARTICLE 4
Cooperating Organizations

1. The Parties shall appoint the Brazilian Space Agency and the Russian Space Agency respectively as the Implementing Agencies responsible for the development and coordination of cooperation envisaged by the present Agreement.

2. In accordance with the legislation in force in their States, each Party or its Implementing Agency can, if necessary, appoint accordingly other departments or organizations to carry out specialized forms of activity within the framework of specific programs and projects of cooperation in the fields listed in Article 2 of the present Agreement.

ARTICLE 5
Complementary Agreements

1. For the implementation of the present Agreement the Parties may conclude additional or complementary Agreements. The Implementing Agencies and other appointed departments and organizations may, subject to procedures established by the legislation of their respective States, agree on specific projects and working programs.

2. Upon mutual agreement the Parties, Implementing Agencies and other appointed departments and organizations may enlist the participation of institutions, organizations and firms of third countries and international organizations in the programmes and projects carried out within the framework of joint activity in accordance with the present Agreement.

## ARTICLE 6
## Working Groups

For the purposes of achieving the goals of the present Agreement, the Parties or, upon their authority, Implementing Agencies and other appointed departments and organizations may, if necessary, establish working groups to carry out functions connected with the implementation of specific programmes and projects of cooperation, as well as the detailed study of organizational methods and legal means of carrying out joint activities and with a view to the preparation of proposals relating to new fields and directions of interaction. Sessions of such working groups shall be convened according to the procedure established by the Parties or Implementing Agencies.

## ARTICLE 7
## Economic and Industrial Forms of Activity

1. The Parties shall facilitate the establishment and the development of cooperation on the areas of research and use of outer space for pacific purposes as well as on the application of space systems between the industrial sectors of the economy of both countries, assuring favorable conditions for their participation in joint programs developed within the framework of the present Agreement.

2. The Parties shall, if necessary, undertake economically feasible measures for the elaboration of pratical programs of assistance to entrepreneurial activity and trade and economic operations.

## ARTICLE 8
## Principles of Financing

1. The Implementing Agencies and other appointed departments and organizations shall be responsible for carrying out and financing of those works and types of activity within the framework of the present Agreement which were assigned to each of them, considering allocated funds.

2. Programs and projects conducted within the framework of the present Agreement shall be of a non-commercial or commercial character and shall be accordingly conducted either without mutual payments or on the basis of contracts.

ARTICLE 9
Intelectual Property

The Parties, their Implementing Agencies and other appointed departments and organizations may define in separate agreements norms and principles to be observed with regard to intellectual property applicable to specific projects and types of activity. In the absence of such separate agreements the protection and allocation of rights to intellectual property shall be carried out in accordance with the Annex to the present Agreement, which constitutes an integral part therof.

ARTICLE 10
Exchange of Information and Hardware

1. Observing the conditions of confidentiality envisaged in the Annex, the Parties, their Implementing Agencies and other appointed departments and organizations shall, on a mutual basis, provide access within a reasonable time to the results of scientific research and work jointly carried out and to that end shall encourage the exchange of corresponding information and data. Such information and data cannot be transferred to third parties without prior mutual consent.

2. The Parties through their Implementing Agencies shall facilitate the mutual exchange of information concerning the basic directions of the national space programs of their States.

3. Each Party shall ensure the observance of the interests of the other Party, its Implementing Agency and other appointed departments and organizations in the legal defense of their property used on the territory of its State in relation to activity conducted within the framework of the present Agreement including in pertinent cases the immunity of this property from any form and type of seizures or execution.

ARTICLE 11
Assistance to the Activities of Personnel

Each Party, in accordance with legislation in force in its State, shall take all the necessary measures to assist the entrance in the territory of its State, and when necessary the permanence in it of personnel sent on official missions by the other Party, its Implementing Agency and other appointed departments and organizations.

## ARTICLE 12
Customs Regulations

1. The Parties shall provide customs processing of goods moved through the customs border of their respective States and intended for the purposes of cooperation within the framework and on the terms of the present Agreement free of import and export duties and taxes, the collection of which is carried out by the customs authorities.

For the purposes of the present Agreement, "goods" shall refer to any article, natural or man-made substance or material, supplied or manufactured product, including inspection and test equipment, technologies in the form of information and technical data fixed on material media required for their development, production or use. The category of goods also includes other information and data in any material form, computer software (including databases), resulting from a study, research or development activity, inventions, design and engineering developments, trade secrets and know-how, including in particular manufacturing documentation and technical specifications, data concerning research, experimental, design or engineering development activities.

2. The exemption from import and export duties and taxes envisaged by the present Agreement does not extend to payments for specific services provided in connection with the customs processing of goods, such as services of storage and consulting, on the understanding that in the appropriate circumstances the Parties will seek to reduce these and other similar payments.

3. By means of the exchange of diplomatic notes, and after the entry into force of the present Agreement, the Parties will specify those itens to which privileges envisaged in paragraph 1 of this article will not apply.

4. Considering the practice of development and diversification of cooperation within the framework of the present Agreement the Parties may on a mutual basis specify priority spheres for pursuing the agreed general policy related to the exemption of goods from import and export customs duties and taxes.

## ARTICLE 13
Liability

1. The Parties committ to the establishment, as part of the additional agreements on specific projects of cooperation, of a procedure for assuming obligations with respect to compensation of damage. The Parties shall ensure, consistent with national laws in force in their respective States, that contractors, subcontractors and other participating entities associated with the Parties take part in this system of responsibility.

2. In the event of a claim arising out of the Convention on International Liability for Damage Caused by Space Objects of March 29, 1972, the Parties will consult promptly on any potential liability, on the apportionment of such liability, and on the defense of claims.

## ARTICLE 14
Settlement of Disputes

Any disputes concerning the interpretation and implementation of the present Agreement shall be settled by negotiations. Without prejudice to the application, if necessary, of any other procedure for resolution of disputes mutually agreed by the Parties and recognized by International Law, methods and means of amicable settlement shall have priority.

## ARTICLE 15
Final Provisions

1. The present Agreement shall enter into force from the date of the last notification on the fulfillment by the Parties of internal state procedures necessary for its entry into force.

2. The present Agreement is concluded for a period of ten years. It shall be automatically extended for subsequent ten year periods if neither of the Parties notifies the other Party in written form through diplomatic channels about its intention to terminate its validity not less than six months before the expiry of the initial period and in case of its automatic extension of the corresponding subsequent period.

3. In the event of the termination of the present Agreement, its provisions shall continue to apply to all unfinished programmes and projects if the Parties do not agree otherwise. The termination of the present Agreement shall not serve as the basis for the revision or termination of obligations of a finacial or contractual nature still in force and shall not affect the rights and obligations of legal persons and citizens which have arisen before the termination of the present Agreement.

4. With the entry into force of the present Agreement, the Protocol between the Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the Union of Soviet Socialist Republic on Long-Term Cooperation in the Exploration and Use of Outer Space for Peaceful Purposes of 19 October 1988 shall cease to operate in relations between the Russian Federation and the Federal Republic of Brazil.

Done at Brasilia , on 21th November of 1997, in duplicate, each in the Portuguese, Russian and English languages, all three texts being equally authentic.

FOR THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

Luiz Felipe Lampreia

FOR THE GOVERNMENT OF THE RUSSIAN FEDERATION

Ievgueni Primakov

# ANNEX
## Intellectual Property

The Parties take the obligation to ensure an effective protection of results obtained within the framework of cooperation which is a subject o the present Agreement and separate agreements entered into in fulfillment of Article 5.

The Implementing Agencies and other appointed departments and organizations shall in good time inform each other about all joint works subject to protection as intellectual property and in the shortest time carry out formal procedures for such protection.

For the purposes of the present Annex the term "cooperating organizations" shall mean Implementing Agencies and other appointed departments and organizations.

### 1. Sphere of Application

1. The present Annex applies to all forms of activity performed within the framework of cooperation on the basis of the present Agreement with the exception of those cases when the Parties or cooperating organizations agree on any particular provisions within the framework of Agreements envisaged in Article 5 of the present Agreement.

2. For the purposes of the present Agreement the term "intellectual property" is understood in the meaning shown in Article 2 of the Convention establishing the World Intellectual Property Organization signed in Stockholm on 14 July 1967.

3. The present Annex shall regulate the allocation of rights between the Parties or cooperating organizations. Each Party shall proceed so that the cooperating organizations of the other Party can acquire the rights to intellectual property belonging to them in conformity with the present Annex.

4. The present Annex does not change the Parties' legal regulation of intellectual property determined by the legislation of their respective States and the internal regulations of cooperating organizations taking into account provisions envisaged in paragraph 6 of Section 2 of the present Annex. In the same way, the present Annex does not alter the relations between cooperating organizations of each Party and relations between the Parties and these organizations. Furthermore, it will not prejudice the international obligations of the Parties.

5. All intellectual property rights acquired earlier or being the result of independent research shall belong to the cooperating organizations of the Parties.

6. The termination of the present Agreement does not affect rights or obligations arising on the basis of the present Annex, if they were accepted before such termination.

2. Grant of Rights

1. In relation to intellectual property created in the course of joint research activity the Parties or cooperating organizations shall strive to jointly elaborate a plan for the assessment and use of technology either before the beginning of their cooperation or within a reasonable time limit from the moment when a cooperating organization fixes the creation of objects of intellectual property. In this plan for the assessment and use of technology the corresponding contribution of the Parties and their cooperating organizations to the research activity under consideration shall be taken into account.

For the purposes of granting intellectual property rights research activity is considered to be joint activity from the moment when it is defined as such in concrete agreements envisaged in Article 5 of the present Agreement. The grant of rights to the objects of intellectual property created as a result of research activity which is not of a joint nature shall be carried out according to the provisions of paragraph 3 of the present Section. The Parties or cooperating organizations shall decide by mutual accord whether the results of work jointly carried out should be either patented or registered or kept in secret.

2. If such a plan for the assessment and use of technology cannot be established within four months from the moment of the creation of the object of intellectual property which is a result of joint research each of the Parties or cooperating organizations may receive all rights and benefits from such intellectual property on its State territory. Cooperating organizations shall agree regarding the allocation of intellectual property rights as well as the expenses related to the protection of intellectual property rights under mutually agreed conditions considering the corresponding contributions of each of them.

3. In cases not related to research determined as joint research, the terms for the implementation of a procedure for the acquisition and use of intellectual property rights shall be determined in separate agreements or contracts.

4. In cases when the object of intellectual property cannot be provided by the State legislation of one of the Parties, the Party whose State legislation envisages the protection of this object shall implement such protection in its name on the territory of its State.

5. The Parties shall without delay consult for the purposes of obtaining protection in third countries and distribution of intellectual property rights on protected objects applying the provisions of paragraphs 2 and 4 of the present Section.

6. With respect to researchers and scientists of one of the Parties enlisted in the service of any organization or institution of the other Party, the internal regulations of host organizations or institution as regards intellectual property rights as well as possible remuneration and disbursements related to these rights as they are determined by the internal regulations of each of the host organizations shall be extended. Each researcher or scientist determined in the quality of inventor has the right to receive, in accordance with his contribution, the share of any payment credited to the receiving organization or entity for licensing this intellectual property.

7. Copyright extends to publications.

Each Party and its cooperating organizations shall be entitled to a non-exclusive, irrevocable, royalty-free license in all countries to translate, reproduce and publicly distribute scientific and technical articles and lectures (reports) about joint research taking into account the provisions relating to confidentiality referred to in paragraph 9 of the present Section.

The forms of implementation of these rights shall be determined in separate agreements or contracts.

All copies of publications should indicate the name of author unless an author declines to be named or wishes to appear under a pseudonym.

8. The totality of property rights to software elaborated within the framework of cooperation shall be distributed between the cooperating organizations taking into account their contribution to its elaboration and financing.

In cases of the joint elaboration or joint financing of software by both Parties or cooperating organizations a regime including the allocation of remuneration in the case of commercial use shall be determined by separate agreements or contracts. In the absence of separate agreements or contracts the provisions of paragraphs 1 and 2 of the present Section related to the grant of rights in connection with joint research activity shall apply.

9. Confidential information shall be designated as such in an appropriate manner. The responsibility for such a designation shall rest with the Party or cooperating organization which demands such confidentiality.

Each Party or cooperating organization shall protect such information in correspondence with applicable laws and regulations of its State.

The term "confidential information" shall refer to any know-how, any data or information in particular technical, commercial or financial independent of the form and media in which it is passed on for the purposes of carrying out activity within the framework of the present Agreement and corresponds to the following conditions:

1) the possession of this information may ensure gains in particular one of an economic, scientific or technical character or obtaining an advantage in competition with persons who do not possess it;

2) this information is not generally known or publicly available from other sources;

3) this information was not earlier passed on by its possessor to a third person without the obligation to maintain its confidentiality;

4) this information is not already at the receiver's disposal without the obligation to maintain its confidentiality;

Confidential information may be passed to by the Parties or cooperating organizations to their own employees if it is not otherwise envisaged in separate agreements or contracts. Such information may be passed on to the basic performer of the work and subcontractors within the framework of the sphere of application of separate agreements or contracts with them. Information given in this way may be used only within the limits of the sphere of application of separate agreements or contracts which would envisage the conditions and time limits of application of such provisions on confidentiality.

The Parties and cooperating organizations are obliged to take all necessary measures in relation to their employees, basic performers of work and subcontractors for the observance of the obligations on safeguarding confidentiality determined above.

10. The grant of the results of joint research and elaboration at the disposal of third persons shall be the subject of written agreements between the Parties or cooperating organizations. Without prejudice to the implementation of rights in correspondence with paragraph 7 of the present Section, such agreements will determine the rules for the diffusion of the stated results.